BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS E DA EVOLUÇÃO JURÍDICA DO DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL

Thaianne Santiago Olimpio; Fábio Ferreira Morong; Eder Canziani

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: thaiolimpio@outlook.com, fabiomorong@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva discorrer sobre as origens históricas da relação de consumo, enfatizando os marcos mais relevantes e os movimentos que fortaleceram a legislação consumerista, apresentando de forma sucinta o desenvolvimento deste ramo do direito no âmbito legislativo e também executivo, ressaltando a tutela administrativa do consumidor por meio do desempenho dos órgãos e entidades de proteção. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da Constituição, legislação, teorias, jurisprudências e doutrinas, com abordagem hermenêutica-dialética. Conclui-se que a evolução do Direito do Consumidor no Brasil ainda não atingiu a estabilidade, o que é positivo para ambas as partes da relação, vez que de um lado existe crescente mercado e suas inovações, e do outro, a busca por tais produtos, contando com a amplitude da defesa, observando, porém, um significativo progresso por conta da conscientização do consumo sustentável como uma realidade atual.

Palavras-chave: direito do consumidor, historicidade, relação de consumo, Código De Defesa Do Consumidor, consumo sustentável.

BRIEF HISTORICAL AND LEGAL DEVELOPMENTS OF THE CONSUMER RIGHT IN BRAZIL

ABSTRACT

This research aims to discuss the historical origins of the consumer relation, emphasizing the most important milestones and the movements that fortified the consumer legislation, presenting succinctly the development of this branch of the law in the legislative and also executive scope, highlighting the administrative Consumer protection through the performance of protection agencies and entities. The method applied was the legal deductive, based on the interpretation of the specific legislation, jurisprudence and doctrine. It is concluded that the evolution of Consumer Law in Brazil has not yet reached stability, which is positive for both parts of the relationship, since on the one hand there is a growing market and its innovations, and on the other, the search for such products, Counting on the amplitude of the defense, noting, however, a significant progress due to the awareness of sustainable consumption as a current reality.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual, pós-moderna, é marcada pelo consumismo exacerbado estando inteiramente ligada à obtenção de lucro e ao aumento de capital. Os consumidores estão sendo influenciados pelo fenômeno da globalização, da ideia de unidade mundial, que comanda o comportamento das pessoas atualmente. E esse comportamento agravado pelo consumismo é que justifica a presente pesquisa.

Os estudos comprovam que nos padrões atuais o consumismo é insustentável. E diante disso, aflora a ideia de consumo consciente, que também será abordada no decorrer deste trabalho. Precedentemente à noção de sustentabilidade, emerge a concepção de que o consumidor, o qual desde sempre foi a parte vulnerável da relação, precisa de proteção,

garantindo uma maior harmonia em sua relação com o fornecedor. Antes, porém, que as relações de consumo fossem regulamentadas e passassem a adentrar o ordenamento jurídico, elas sofreram influências históricas, como as revoluções industriais e tecnológicas, tal como os primeiros movimentos consumeristas, que ganharam força na década de 70.

No Brasil, o Direito do Consumidor é firmado pela Lei Especial 8.078/90 – que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, cujo projeto foi elaborado com vistas à Constituição Federal de 1988 que afirma no rol do artigo 5º que a defesa do consumidor será promovida pelo Estado. Previamente à legislação, já havia instituições que lutavam pela proteção do consumidor, como é o caso do Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor de São Paulo, atualmente conhecido como Fundação Procon SP.

Destarte, o intuito deste trabalho é discorrer sobre as origens históricas da relação de consumo, enfatizando os marcos mais relevantes e os movimentos que fortaleceram a legislação consumerista, apresentando de forma sucinta o desenvolvimento deste ramo do direito no âmbito legislativo e também executivo, ressaltando a tutela administrativa do consumidor por meio do desempenho dos órgãos e entidades de proteção.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi baseado na interpretação da Constituição, legislação, teorias, jurisprudências e doutrinas, com abordagem hermenêutica-dialética. O método aplicado neste trabalho é o dedutivo, que de um modo geral, a partir de princípios, normas constitucionais, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica, partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, ou seja, em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2008, p. 9). A abordagem é a hermenêutica-dialética. A hermenêutica pode ser considerada como um técnica que compreende textos, em um sentido amplo: biografia, livro, artigo, narrativa, documento, dentre outros. Por sua vez, a abordagem dialética procura nos fatos os núcleos obscuros e contraditórios para realizar uma crítica em relação aos mesmos. O pensamento dialético compreende que a análise dos significados deve ser feita considerando as práticas sociais e ressaltando o condicionamento histórico das falas (Minayo, 2010).

ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES EM ÂMBITO GERAL

Desde os primórdios já se falava em relação de consumo, embora, de início, não fosse assim denominada. O fato é que a proteção ao consumidor já estava prevista, por exemplo, no Código de Hamurabi, que, de acordo com Kersten (2007), foi o primeiro conjunto de normas escritas que se tem conhecimento. Esse conjunto de normas visava, entre outros, a qualidade dos serviços prestados e proibia o lucro excessivo.

Historicamente e de maneira geral, têm-se, portanto, uma ordem cronológica de desenvolvimento das relações comerciais, que se fortaleceram e se tornaram as relações de consumo hoje conhecidas e regulamentadas.

Nas palavras de Theodoro Júnior (2013), o intercâmbio de bens entre as pessoas foi se adequando à evolução da sociedade. A prática do escambo, por exemplo, embora não utilizasse moeda como pagamento, também era uma prática ainda arcaica do consumo, uma vez que era uma relação caracterizada pela troca de mercadorias.

Ainda neste mesmo contexto de evolução do social, Araújo (2016) leciona que a Revolução Francesa de 1789-1799 foi o marco inicial da sociedade capitalista, abolindo o regime feudal. Portanto, nota-se que no feudalismo não havia sistema mecânico e sequer tecnologias de produção, restando claro que, naquela ocasião, imperava o serviço braçal.

Araújo (2016) continua explicando que após a Era Napoleônica, houve tentativas de instauração das monarquias, mas sem sucesso. A sociedade já estava em transição.

Por conseguinte, à época, houve a reestruturação da Europa, seguida pelas revoluções liberais e revoluções industriais.

O advento da Revolução Industrial ocorrida na Europa esteve sempre ligado à grande e crescente circulação de mercadorias, inclusive com a expansão da produção agrícola. Ali, introduziram as máquinas revolucionando não só as condições de trabalho, mas todo o comércio. Essa mudança ocasionou, conseqüentemente, o aumento da produção e consumo de novas coisas.

Araújo (2016) explica que esse processo de industrialização, surgido na segunda metade do século XVIII, consistiu na gradual substituição da manufatura pela maquinofatura. Explica também que as primeiras descobertas significativas ocorreram no setor têxtil, principalmente na indústria algodoeira. O desenvolvimento da industrialização trouxe o desenvolvimento do sistema econômico. Consoante a este pensamento, Nishiyama (2010) ensina que a autonomia de vontades consagrou o liberalismo econômico, que por sua vez, acarretou o surgimento das sociedades comerciais.

Em consequência da mudança política, social e econômica à época, já que a industrialização ocasionou a urbanização, ou seja, sobreveio o êxodo rural. No mesmo período de mudanças no cenário em geral surgiram diversos problemas, tanto nas relações trabalhistas, como também, nas comerciais, estas hoje entendidas como acidentes de consumo.

O professor Bolzan (2016, p. 34) afirma que quando o fornecedor “passa a prezar pela quantidade em detrimento da qualidade, o consumidor depara-se com os produtos e serviços viciados ou portadores de defeitos”.

Essa alteração na sociedade com o aumento populacional, para Huberman (2017) eram forças caracterizando um novo mundo. Esse novo mundo apresenta formas de aquisição de diversos bens, evidenciando o capitalismo e fortalecendo o que hoje é conhecida como sociedade de consumo.

HISTORICIDADE NO BRASIL

No Brasil, as primeiras normas de cunho protecionistas surgiram na década de 30, com a Constituição de 1934, que versava sobre uma ordem econômica voltada para existência digna de todos. Outras normas nesse sentido foram surgindo, como a Lei de Economia Popular de 1951, a Lei de Repressão ao Abuso do Poder Econômico (Lei nº. 4.137/1962 – impulsionada pelo discurso do Presidente americano em 15 de março do mesmo ano), e a Lei da Ação Popular - Lei 4.717/1965. A partir da década de 70 é que houve o boom do direito do consumidor no âmbito jurídico brasileiro, época em que foram criados os primeiros órgãos protecionistas (SOUZA, 2010).

Inicialmente, e ainda na década de 70, foram fundadas as instituições de proteção ao consumidor, como a Associação de Proteção ao Consumidor (APC) em Porto Alegre, a Associação de Defesa e Orientação do Consumidor (ADOC), de Curitiba e o Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor, atual Fundação Procon São Paulo. (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública).

Na esfera federal, foi criado o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor em 1985, o qual foi extinto no governo Collor e substituído pelo Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), que desempenha funções de extremada relevância na defesa de interesses individuais e transindividuais, coletivos e difusos, cuja competência foi estabelecida pelo Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016. (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública).

Embora o movimento consumerista brasileiro tenha se desenvolvido na década de 70, a conquista mais relevante para a proteção do consumidor no Brasil ocorreu com o advento da Constituição de 1988, apresentando rol do artigo 5º e também no artigo 170, garantindo assim, a natureza pública e social deste ramo do direito.

Bolzan (2016), por sua vez, afirma que em razão da relação de consumo ser desigual, havendo o consumidor-vulnerável de um lado e o fornecedor detentor dos meios de produção do outro, nada melhor do que o Direito do Consumidor para alcançar o patamar de Direito Fundamental.

Nesse mesmo contexto, Miguel Reale (apud Nihiyama, 2010), leciona que a orientação da Constituição de 1988 é que o social prevaleça sobre o estatal, ou seja, os poderes do Estado são estatuídos em função da sociedade civil.

Desse modo, em total obediência ao artigo 48 da Constituição Federal, no chamado Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi promulgada a Lei 8.078/90 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que para Bolzan (2016), possui três características principais: lei principiológica, em razão dos diversos princípios que o regem; normas de ordem pública e interesse social, conforme o artigo 1º da própria Lei; microsistema multidisciplinar, pois trata de diversos ramos do Direito, como o Civil, Processo Civil, Administrativo, Constitucional e inclusive, Penal.

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Conforme já relatado, o Código De Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90, obedece ao texto Constitucional, vez que a proteção do consumidor atingiu o patamar de direito fundamental, adentrando o rol do artigo 5º, mais precisamente no inciso XXXII da Constituição.

É regido pelo princípio de ordem pública e econômica, justamente pelo fulcro no artigo supra que exprime que a proteção do consumidor é de responsabilidade do Estado. Isso não quer dizer que é de responsabilidade exclusiva da União, mas sim, de todos os entes federados.

O Direito do Consumidor e o Direito Ambiental são ramos estritamente interligados, visto que tratam de direitos transindividuais, ou seja, difusos e da coletividade (OLIVEIRA, 2011).

A proteção ao consumidor e ao meio ambiente são direitos constitucionais, devidamente indicados como de responsabilidade do Estado e toda a coletividade neste último. E essa inclusão da responsabilidade ambiental no texto constitucional fez com que a Constituição Federal fosse reconhecida como a “Constituição Verde” (MORONG, 2014, p.32).

Importante destacar que o Código de Defesa Do Consumidor, como já abordado, é um microsistema multidisciplinar, e em seu artigo 51 preceitua que “são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: XIV - infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais” (BRASIL. Congresso Nacional).

Para que se assegure então um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é necessário que se equilibre também, o consumo. Isso quer dizer que deve haver uma política de desenvolvimento sustentável englobando o consumo sustentável, pois é vital a redução de recursos naturais e do consumo em excesso, que traz a ideia do desperdício.

Para Filomeno (2016, p. 04) o desenvolvimento sustentável presume que o fornecedor utilize métodos e tecnologias a fim de reduzir o uso de recursos naturais. Khouri (2013, p. 36), por sua vez, afirma que para “salvar o planeta é necessária uma redução drástica do consumo” e haveria impactos no estilo de vida das pessoas, na produção, geração de emprego, arrecadação e imposto e etc.

Assim, o que se tem hoje na realidade do consumismo é a busca da harmonia da relação, entre consumidor e fornecedor, tal qual a harmonia entre produção-consumo. Trajano (2009),

neste pensamento, afirma que a defesa do consumidor e do meio ambiente, como princípios de ordem econômica, devem conviver de forma harmoniosa.

Isso quer dizer que o consumo deve ser racional, tanto dos produtos industrializados, quanto e principalmente, dos elementos essenciais, como por exemplo, a água.

Destarte, consumo sustentável é escolher produtos que utilizem menos recursos naturais, podendo ainda, ser reaproveitados ou reciclados. E sustentabilidade, neste mesmo viés, é comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente).

Essa noção se deu porque a sociedade está devidamente marcada pelo consumismo exacerbado. A ideia principal, portanto, é realizar a mudança de comportamento, mas isso leva tempo.

O idealismo do Direito do Consumidor evoluiu a tal ponto que se vê, atualmente a necessidade de se adequar os meios de produção e seu consumo para que se garanta um outro direito fundamental: o do meio ambiente equilibrado.

Portanto, pode-se dizer que o consumo sustentável está vinculado à nova concepção de sociedade, uma sociedade mais racional e preocupada com o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explanado, a Revolução Industrial foi um dos marcos mais importantes para a relação consumo de fato, já que, com ela, adveio também a Revolução Tecnológica, impulsionando a sociedade capitalista, o capitalismo industrial e o desenvolvimento de um novo sistema econômico. Além de impulsionar o desenvolvimento dos grandes centros, em virtude da urbanização ocorrida pós-Segunda Guerra.

Diante disso, as práticas comerciais se intensificaram e o provedor dos produtos começou a ter uma determinada supremacia em detrimento do adquirente, ora, consumidor. Assim, enxergou-se a necessidade de defender o consumidor, que desde sempre foi a parte vulnerável da relação consumerista.

As medidas protetivas iniciaram-se na década de 70 onde, no Brasil, surgiram diversos grupos, que hoje são conhecidos como órgãos públicos e particulares. Com isso, o legislador brasileiro viu a necessidade de dar ao consumidor o direito de proteção, que em 1988 integrou o rol de direitos fundamentais, caracterizando a defesa do consumidor como direito social e de ordem pública. Posteriormente, a legislação pátria desenvolveu a lei especial, nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

A referida lei trouxe normas principiológicas, sendo o princípio mor a vulnerabilidade do consumidor. Além do mais, trouxe a conceituação de consumidor, fornecedor, produto e serviço, versando sobre responsabilidades, garantias, cláusulas e práticas abusivas, etc.; essa amplitude de temas que caracteriza-o como código multidisciplinar.

No decorrer deste trabalho foi possível observar que a evolução do Direito do Consumidor ao longo destes 25 anos de instituição do Código de Defesa Do Consumidor, e também das atividades dos órgãos integrantes do SNDC. Percebemos ainda que essa evolução continua progredindo, adequando-se às práticas comerciais atuais.

Assim, nota-se que a evolução do Direito do Consumidor foi apresentada de forma sintética e cronológica, passando, portanto, pelos movimentos consumeristas, chegando ao texto constitucional (CF/88), posteriormente à própria legislação específica – Código De Defesa Do Consumidor, que já previa a atividade dos órgãos de proteção, alcançando à conscientização sustentável.

O consumo consciente surgiu a fim de evitar o consumo exacerbado, aquele dos primórdios em que não havia preocupação com as gerações futuras e nem com a manutenção de um ambiente saudável. Assim, o consumo sustentável é a mais correta forma de se consumir.

Conclui-se, por fim, que a evolução do Direito do Consumidor no Brasil ainda não atingiu a estabilidade, o que é bom para o consumidor, vez que de um lado o crescente mercado e suas inovações e do outro a amplitude da defesa do consumidor, seja através da via judicial, administrativa e até das conciliadoras e plataformas online que buscam resolver o problema de forma ágil e fácil.

Conclui-se que a evolução do Direito do Consumidor no Brasil ainda não atingiu a estabilidade, o que é positivo para ambas as partes da relação, vez que de um lado existe crescente mercado e suas inovações, e do outro, a busca por tais produtos, contando com a amplitude da defesa, seja através da via judicial, administrativa e até das conciliadoras e plataformas virtuais que buscam resolver o problema de forma ágil e célere, observando ainda, um significativo progresso por conta da conscientização do consumo sustentável como uma realidade atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. B. **Manual de direito do consumidor**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

ARAÚJO, D. **História geral**: coleção diplomata. São Paulo: Saraiva, 2016.

BESSA, L. R.; MOURA, W. J. F.; SILVA, J. P. (coord.). **Manual de direito do consumidor**. 4. ed. Brasília: Escola Nacional de Defesa do Consumidor, 2014.

BOLZAN, F. LENZA, P. (coord). **Direito do consumidor esquematizado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Código de proteção e defesa do consumidor**: edição 20 anos. port. ing e esp. Ministério da Justiça: Brasília, 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A constituição e o Supremo**. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBD.asp?item=388>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HAWKEN, P. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. Tradução ARAUJO, L. A.; FELIZARDO, M. L. São Paulo: Cultrix, 2007.

NISHIYAMA, A. M. **A proteção constitucional do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOBSBAWN, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. Tradução TEIXEIRA, M. T.; PENCHEL, M. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais). Resenha.

MORONG, F. F. **El régimen jurídico de las licencias y autorizaciones ambientales en España y Brasil: análisis jurídico-ambiental derivado de los aspectos novedosos de la normativa general de la unión europea sobre prevención y control integrados de la contaminación.** Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2014.